

Revista

**FEBASE**

Federação do Sector Financeiro



Ano II  
N.º 11  
1,50 €  
Março de 2011

Director: Delmiro Carreira

Directores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Pereira Gomes; Viriato Baptista



Orçamento viola  
Código do Trabalho

## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Sector Financeiro  
NIF 508618029

**Correio electrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Director:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Directores Adjuntos:**  
Carlos Marques – STAS  
Carlos Silva – SBC  
Pereira Gomes – SBN  
Viriato Baptista – SBSI

**Conselho editorial:**  
Cristina Damião – SBSI  
Firmino Marques – SBN  
Patrícia Caixinha – STAS  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Rui Santos

**Redacção e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 113  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 80.000 exemplares  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

## sumário

**SINDICAL** | Actualidade

Febase vai requerer **inconstitucionalidade dos cortes salariais** **4**

Perguntas & Respostas **5**

Reduções salariais **violam Constituição** **6**

Direito Internacional e comunitário também **protege contratação colectiva** **8**



Mais de 53 mil bancários vão às urnas em Abril **9**

Bancos insistem em **0% de aumento salarial** **9**

**Conferência Mundial** da UNI-Finanças **10**

Estudar cenários para **reagir a tempo** **11**

**Combate ao desemprego** deve ser prioridade das prioridades **14**

**CONTRATAÇÃO** | Seguros

**Pretensa caducidade do CCT** de Seguros solicitada pela APS **12**

O **despudor chegou** aos Seguros **13**

**JURÍDICAS** | Questões

**Contrato de trabalho a termo** de trabalhador à procura do 1.º emprego **15**

**TEMPOS LIVRES** | Nacional

**Entrega de prémios** e inauguração da exposição “Foto STAS/SBSI” **16**



18

| Bancários Sul e Ilhas



22

| Bancários Norte



25

| Bancários Centro



28

| STAS Actividade Seguradora



TEXTO: **DELMIRO CARREIRA**

## UNI reúne-se em Portugal para discutir sistema financeiro

A realização em Portugal da Conferência da UNI-Europa Finanças e da 3.ª Conferência Mundial da UNI-Finanças, amplamente tratadas neste número, só foi possível pelo reconhecimento da representatividade e capacidade organizativas dos Sindicatos da FEBASE.

Nestas importantes reuniões vamos discutir com sindicalistas de todas as partes do Mundo o futuro do sistema financeiro, que todos os que dele dependem desejam mais justo e, porque não dizê-lo, mais honesto.

As questões da supervisão e do papel das agências de notação, nomeadamente dos erros grosseiros que cometeram no passado, quando davam altas notas a produtos que nada valiam bem como às Instituições de Crédito que os vendiam, serão preocupações dos Sindicatos do sector financeiro.

Num momento em que são conhecidas as dificuldades de acesso ao crédito por parte de Estados e Bancos, um novo papel tem de ser assumido pelas Instituições financeiras da zona euro. Certamente que os governos e os

países que durante anos gastaram mais do que podiam são responsáveis e têm agora de poupar para fazer face às dificuldades, mas não é menos verdade que a construção do euro não foi feita com todos os pilares necessários para evitar riscos sísmicos como aqueles que a actual crise provocou.

A solidariedade europeia e nacional é fundamental para vencer os desafios que temos pela frente. Desejos eleitorais que encontram no recurso ao FMI uma boa forma de se poder chegar mais cedo ao poder mais não fazem do que fragilizar o desígnio nacional, que passa pelo imperativo de sermos nós a resolver os nossos problemas, sem que tenhamos de conviver com o fiscal do FMI à perna.

Os exemplos da Grécia e da Irlanda, desejosas de rever os acordos que foram obrigadas a fazer com o FMI, demonstram que as taxas de juro que suportam continuam especulativas.

A unidade no essencial é decisiva para regressarmos ao futuro, tal como o slogan da Conferência da UNI aponta.

# REGRESSO AO FUTURO

UN finance  
global union

Novos caminhos para um sistema financeiro justo

Conferência Europeia da UNI Finance  
**15 de Março**  
3.ª Conferência Mundial da UNI Finance  
**16 e 17 de Março**  
**Lisboa, Portugal - 2011**

Com base em pareceres de Professores de Direito

TEXTO: INÉS F. NETO

# Febase vai requerer inconstitucionalidade dos cortes salariais

Apoiada nos pareceres dos especialistas em Direito do Trabalho, Júlio Gomes e Jorge Leite, a Federação do Sector Financeiro (Febase) decidiu recorrer aos tribunais para impugnar os cortes salariais nos Bancos, companhias de Seguros e Institutos do sector empresarial do Estado. A “Revista Febase” publica excertos do parecer da equipa do Professor Júlio Gomes

O Secretariado da Febase reuniu-se no dia 12 de Fevereiro, em Coimbra, com a equipa de juristas dos vários Sindicatos da Federação – SBC, SBN, SBSI e STAS – e decidiu avançar para os tribunais para impugnar os cortes salariais impostos pelas normas constantes da Lei do Orçamento do Estado 2011.

Na reunião participou também o Professor Jorge Leite, para analisar o parecer que a sua equipa, que conta ainda com o Professor Leal Amado, apresentou à Febase. Este parecer veio juntar-se ao apresentado uma semana antes pelo Professor Júlio Gomes e por Raquel Carvalho e Catarina de Oliveira Carvalho, no qual afirmam ser inconstitucional a aplicação das medidas do Governo, designadamente por clara violação do princípio da livre contratação colectiva que vigora no sector financeiro há largas dezenas de anos.

O objectivo da reunião foi definir os caminhos a seguir para arguir a inconstitucionalidade dos cortes salariais que o OE/2011 impôs às empresas do perímetro do Estado do sector financeiro – CGD (sector bancário e segurador), BPN, IFAP, Banco de Portugal e ISP.



Ao contrário de outras organizações sindicais a braços com o mesmo tipo de problemas – que optaram por interpor providências cautelares ou avançar com processos nos tribunais administrativos –, a Febase optou por munir-se de argumentos jurídicos para fazer respeitar a contratação colectiva.

Em causa estão principalmente duas Instituições: a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Banco de Portugal. No primeiro caso, trata-se de um Banco de capitais públicos e, no segundo, de uma Instituição com um regime próprio, resultante da sua função de supervisão integrada na rede de Bancos Centrais da zona euro. No entanto, em ambos existe uma convenção colecti-

va, fruto da livre negociação entre as partes.

A estratégia da Febase reveste-se de uma certa prudência na acção, fruto do desconhecimento, até ao momento, das medidas que vão ser adoptadas pelas Administrações das Instituições na aplicação das normas constantes do OE 2011. Daí a importância de estar já munida de pareceres jurídicos para imediatamente poder agir em conformidade.

A “Revista Febase” dá agora destaque ao parecer da equipa do Professor Júlio Gomes, o primeiro a ser entregue aos Sindicatos. Na próxima edição será dada relevância ao parecer do Professor Jorge Leite. ■

## Perguntas & Respostas

Para tentar responder às dúvidas mais frequentes sobre as medidas do Orçamento do Estado para 2011 com repercussão directa nos salários dos trabalhadores das empresas do perímetro do Estado, a “Revista Febase” elencou uma série de questões cujas respostas foram retiradas do parecer elaborado a pedido da Febase por três Professores da Universidade do Porto: Júlio Gomes, Catarina de Oliveira Carvalho e Raquel Carvalho

**P – Que tipo de entidades são abrangidas pelas normas orçamentais?**

**R –** A Febase representa trabalhadores de numerosas e heterogéneas entidades: Caixa Geral de Depósitos (CGD); seguros do universo da CGD; Banco Português de Negócios (BPN); BPN Vida, seguradora; Banco de Portugal; IFAP, ITP, instituto público; IGCT; ISP, entre outros. Da amostra de entidades em causa podemos concluir tratar-se de pessoas colectivas que organicamente integram a Administração estadual indirecta, em particular o ►



sector empresarial do Estado (o caso da CGD), institutos públicos (Administração estadual indirecta) ou mesmo autoridades administrativas independentes (o caso do ISP).

As relações laborais destes trabalhadores encontram-se subordinadas a dois regimes distintos: nos institutos públicos, com excepção do BdP, apli-

As normas orçamentais, embora integrem uma lei com valor específico, não deixam de estar vinculadas ao respeito pela Constituição, nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 3.º da CRP. A questão magna prende-se com o eventual desrespeito de direitos fundamentais, em particular, de direitos dos trabalhadores

ca-se o regime de contrato de trabalho em funções públicas e, na CGD, parte dos trabalhadores têm uma relação de direito público; nas restantes empre-

sas abrangidas e, em parte, na CGD, aplica-se o regime do contrato individual de trabalho previsto no Código do Trabalho.

**P – As normas do OE/2011 aplicam-se apenas aos titulares de cargos públicos ou aos trabalhadores do sector público em geral?**

R – Segundo o Artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado (LOE), a 1 de Janeiro de 2011 são reduzidas as remunerações totais ilíquidas mensais de valor superior a 1.500€, das pessoas que estejam em exercício de funções naquela data, que iniciem tal exercício, a qualquer título, depois dela.

Entre as pessoas a quem as normas podem ter aplicação encontram-se, segundo aquele Artigo, os trabalhadores dos institutos públicos de regime especial e de pessoas colectivas de direito público dotadas de independência decorrente da sua integração nas áreas de regulação, supervisão ou controlo; os trabalhadores das empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o sector empresarial regional e municipal, com as adaptações

autorizadas e justificadas pela sua natureza empresarial.

**Lei imperativa?**

**P – O n.º 11 do Artigo 19.º da LOE estabelece que o regime nele fixado “tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, especiais ou excepcionais, em contrário e sobre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e contratos de trabalho, não podendo ser afastado ou modificado pelos mesmos”. Isso significa que a Lei do Orçamento está acima de todas as outras?**

R – As normas orçamentais, embora integrem uma lei com valor específico, não deixam de estar vinculadas ao res-

A ideia do legislador constituinte terá sido a de criar um mecanismo que permitisse aos trabalhadores substituírem “o fraco poder contratual do trabalhador individual pelo poder colectivo organizado no sindicato”

peito pela Constituição, nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 3.º da CRP. A questão magna colocada prende-se com o eventual desrespeito de direitos fundamentais, em particular, de direitos dos trabalhadores.

Um desses direitos que assume particular relevância para a nossa reflexão, designadamente pelo que dispõe o n.º 11 do Artigo 19.º do OE, é o direito de contratação colectiva previsto no n.º 3 do Artigo 56.º da CRP, segundo o qual “compete às associações sindicais exercer o direito de contratação colectiva, o qual é garantido nos termos da lei.”

O Artigo 56.º integra-se formalmente no capítulo III (Direitos dos trabalhadores), do Título II (Direitos, Liberdades e Garantias) da CRP. À partida, esta inserção formal do direito conduziria à sua qualificação não só como Direito Fundamental, mas especificamente como Direito, Liberdade e Garantia. Todavia, a doutrina tem sublinhado a necessidade de o intérprete atender, para a qualificação do normativo como Direito Fundamental, não só ao critério formal mas também a um critério de natureza material.

Na nossa perspectiva, o direito à contratação colectiva preenche claramente o triplice critério: o radical sub-

jectivo, a função e a intenção. A estrutura literal do preceito constitucional indica que a titularidade do direito é atribuída aos trabalhadores, enquanto o respectivo exercício compete às associações sindicais. A ideia do legislador constituinte terá sido a de criar um mecanismo que permitisse aos trabalhadores substituírem “o fraco poder contratual do trabalhador individual pelo poder colectivo organizado no sindicato” [segundo Gomes Canotilho e Vital Moreira in *Constituição da República Portuguesa Anotada*].

**Garantia constitucional**

**P – O direito de contratação colectiva é, então, um direito fundamental protegido pela Constituição?**

R – Parece-nos que, atentas a letra e a *ratio* do Artigo 56.º, a conclusão só pode ser a de o direito de contratação colectiva pertencer individualmente a cada trabalhador, conquanto apenas adquira pleno sentido, até pela intenção associada, ao ser exercido de modo colectivo através das associações sindicais. Significa, então, que está preenchido o radical subjectivo necessário para a qualificação do direito de contratação colectiva como

autêntico Direito, Liberdade e Garantia. Nesse sentido, afirmou o Tribunal Constitucional que o “direito de contratação colectiva constitui um direito fundamental, cuja titularidade é atribuída aos trabalhadores e cujo exercício é cometido às associações sindicais”.

Parece ser também a interpretação que melhor se adequa ao teor do referido Art. 28.º da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia que começa por conceber o direito de contratação colectiva como um direito dos trabalhadores.

O Art. 28.º da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia que começa por conceber o direito de contratação colectiva como um direito dos trabalhadores

**Direito à negociação aniquilado**

**P – Pode concluir-se que a norma orçamental é inconstitucional?**

R – Importa aquilatar da conformidade da norma orçamental com o direito constitucionalmente previsto. Em primeiro lugar, cabe sublinhar que a norma orçamental inclui tanto os trabalhadores em funções públicas (aqueles que nas várias entidades mantêm o regime laboral anterior à formação societária e que são trabalhadores sujeitos ao RCTFP), como os trabalhadores com contrato de trabalho de direito privado. Ambos os universos subjectivos são titulares, nos termos constitucionais, como vimos, do direito de contratação colectiva.

O respeito pelo direito não se basta, como é evidente, pela garantia do seu exercício, mas abrange o resultado conseguido por via desse exercício. Se o direito, de acordo com o entendimento consensual da doutrina e jurisprudência, se destina a conferir força negocial aos trabalhadores para a obtenção das melhores condições de trabalho, o que a Constituição pretende, de seguida, é que o fruto da negociação esteja igualmente protegido. Sob pena de, assim não sendo, se esvaziaria por completo o direito em termos substantivos. Trata-se de um direito-garantia, mas não deixa de ser um direito.

Ora uma norma orçamental que vem impor uma redução das remunerações e que expressamente diz que prevalece sobre quaisquer outras, incluindo sobre os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, afecta

Conclui equipa da Universidade do Porto

## Reduções salariais violam Constituição



A equipa de especialistas em Direito da Universidade do Porto a quem a Febase solicitou um parecer, constituída pelos professores Júlio Gomes, Catarina de Oliveira Carvalho e Raquel Carvalho, concluiu que as medidas orçamentais relativas às reduções salariais violam a Constituição.

A “Revista Febase” publica, na íntegra, as conclusões do parecer:

1 – A norma contida no n.º 3 do Artigo 56.º da Constituição consubstancia, não só matéria de Direitos Fundamentais, como, mais especificamente, um Direito Fundamental, com os seus traços distintivos: titularidade subjectiva, funcionalizada à realização do Homem na sua dimensão de trabalhador e, com isso, concretizadora do princípio da dignidade da pessoa humana;

2 – Pela sua inserção formal (capítulo III do Título II) e principalmente pelo critério material da determinidade de conteúdo, trata-se de um Direito, Liberdade e Garantia dos Trabalhadores, com a especificidade de apenas poder ser exercido pelas associações sindicais;

3 – Está, por conseguinte, protegido pelo regime jurídico-constitucional dos Direitos, Liberdades e Garantias, nos termos do Artigo 17.º da CRP, em particular no que respeita aos requisitos de uma intervenção legal restritiva;

4 – A norma orçamental que determina a redução salarial e a sua superioridade normativa sobre todas as normas que disciplinem a matéria em contrário consubstancia uma norma restritiva;

5 – Tal restrição afecta o direito à contratação colectiva, na medida em que ocupa o espaço normativo da matéria da remuneração, que con-

sensualmente a doutrina e jurisprudência constitucional entender integrar o “núcleo” do direito ou “reserva de contratação colectiva”;

6 – Afecta, por um lado, as convenções elaboradas ao abrigo do exercício deste direito, eliminando o equilíbrio aí conseguido, e assim exaurindo as mesmas de qualquer eficácia real;

7 – E, por outro lado, inviabiliza, pelo seu teor autoritário, qualquer futura convenção colectiva, pelo menos enquanto vigorar tal norma orçamental, uma vez que ocupa o espaço daquele que é histórica e consabidamente o fulcro da contratação colectiva;

8 – Deste modo, vem regular situações presentes, ainda que definidas anteriormente por instrumento normativo constitucionalmente reconhecido, sendo de equacionar, mesmo para quem apenas admite a irretroactividade em sentido estrito, se não porá em causa o princípio da confiança, uma vez que, ao tempo da contratação, se é certo serem conhecidas as dificuldades económicas/orçamentais do País, não se equacionava ainda que uma das possíveis soluções passasse por cortes salariais;

9 – Ao inviabilizar as convenções vigentes e a elaboração de convenções futuras, a norma afecta irremediavelmente o núcleo essencial do direito de contratação colectiva, violando a parte final do n.º 3 do Artigo 18.º, pelo que merece censura constitucional;

10 – Sem conceder, mesmo que se entendesse que a construção dogmática da contratação colectiva correspondia à de uma garantia institucional, se bem que não a tradicional, a verdade é que idêntica censura merecia a norma orçamental, pois não só tal garantia institucional se encontrava protegida pelo regime dos Direitos, Liberdades e Garantias, como o seu conteúdo ou núcleo essencial se encontraria, do mesmo modo, intolavelmente atingido.

Posto isto e pelas razões expressas, podemos responder à pergunta formulada na consulta afirmando que as medidas orçamentais relativas às reduções salariais violam a Constituição da República Portuguesa, em particular no que se refere ao direito de contratação colectiva. ■

decisiva e inexoravelmente todas as convenções colectivas negociadas, quebrando o equilíbrio das mesmas e com isso esvaziando por completo o sentido das convenções.

Em segundo lugar, e pelo menos enquanto vigorar a norma orçamental, esta, em bom rigor, esvazia o direito de contratação colectiva para o futuro: para quê e de que modo poderão trabalhadores e empregadores encetar um processo negocial colectivo se o “trunfo” remuneratório está completamente fora da adequação no que respeita ao “quantum”?

Por estas considerações somos levados a considerar que o núcleo essencial do direito à negociação colectiva foi atin-

gido quanto ao seu alcance e que a restrição do mesmo ainda reveste, no que respeita às convenções já existentes, uma regulamentação com, pelo menos, características de retrospectividade.

No que respeita à afectação do conteúdo essencial do direito à contratação colectiva, a inconstitucionalidade material parece evidente. Em face da análise exposta, só podemos concluir pela inconstitucionalidade material da disposição orçamental que, estabelecendo a diminuição da retribuição e afirmando a sua superioridade face a demais normas convencionais, incluindo os instrumentos de regulamentação colectiva, atinge o núcleo do direito, de forma intolerável, pois tudo o mais que

se possa negociar acaba por estar inviabilizado por força de a remuneração poder ser utilizada, na extensão abrangida pela norma orçamental, como ponto central de negociação. Quando tal sucede, isto é, quando por força de intervenção legal, o conteúdo constitucionalmente definido como essencial desaparece, ocorre inequivocamente a violação do n.º 3 do Artigo 18.º da CRP que protege a “extensão e alcance do conteúdo essencial”. O tal coração do direito que, a todo o tempo, reflecte o princípio da dignidade humana. Na presente situação, a determinação orçamental deixa sem poder negocial qualquer dos intervenientes, aniquilando assim o direito constitucionalmente consagrado. ■



## Eleições no SBSI e no SBC

# Mais de 53 mil bancários vão às urnas em Abril

Os Sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas terão eleições para os seus Corpos Gerentes no próximo mês de Abril, pelo que mais de 55 mil bancários estão convocados para participarem nesses importantes actos eleitorais, que hão-de culminar na escolha dos seus dirigentes para o quadriénio 2011/2015

TEXTO: RUI SANTOS E VASCO GARCIA

No Sindicato do Sul e Ilhas estão inscritos 47269 eleitores e a votação decorre em 14 de Abril e, também, no dia anterior, quando se inicia a votação pela Internet.

Esse acto eleitoral servirá para escolher os Corpos Gerentes mas, também, os 299 activistas sindicais que estarão no Congresso do Sindicato, em representação dos seus companheiros de trabalho nas Secções Sindicais de empresa e regionais.

O prazo para a apresentação de listas termina hoje, 9 de Março, pelo que ainda não é possível determinar o número de listas concorrentes, embora se admita que nas eleições irão apresentar-se duas listas a sufrágio, sendo uma apresentada pela actual Direcção e que apresenta Rui Riso, actual Presidente do Conselho de Gerência dos SAMS, como indigitado para substituir Delmiro Carreira na presidência da Direcção.

A votação pela Internet começa às 0 horas de 13 de Abril e prolonga-se até às 18 horas do dia seguinte, enquanto a votação presencial decorrerá entre as 9 e as 18 horas do dia 14.

Outro método de votação usual é o voto por correspondência, que deve chegar à Mecodec até às 16 horas de 14

de Abril, pelos Correios, sabendo-se já que o material para a votação por esse método irá chegar a casa dos associados nos dois primeiros dias de Abril.

Entretanto, também uma carta de “pin” será enviada a todos os eleitores para que possam optar por exercer o seu direito de voto pela Internet, método já utilizado em anteriores actos eleitorais e que sempre decorreu com a maior eficácia e transparência.

Também as eleições para os órgãos sociais do Sindicato dos Bancários do Centro (SBC) estão marcadas para 14 de Abril. Entre as 08H30 e as 17H30, os milhares de associados do SBC inscritos nos cadernos eleitorais poderão votar na sede do Sindicato, em Coimbra, ou nas delegações regionais de Leiria, Guarda e Viseu.

Nos locais onde haja, pelo menos, três associados e um delegado sindical, o direito de voto poderá ser exercido no próprio local de trabalho ou por correspondência, sendo que qualquer associado poderá optar pela votação por correspondência, se assim o desejar, desde que devidamente autorizado pela Mesa da Assembleia Geral. Ao todo, os associados terão ao seu dispor cerca de 150 mesas de voto.

Quanto aos reformados, poderão votar também por correspondência, tendo os votos de entrar, “impreterivelmente, até às 17H30 de 14 de Abril”, frisa Mário Figueira, Presidente da Mesa da Assembleia Geral do SBC.

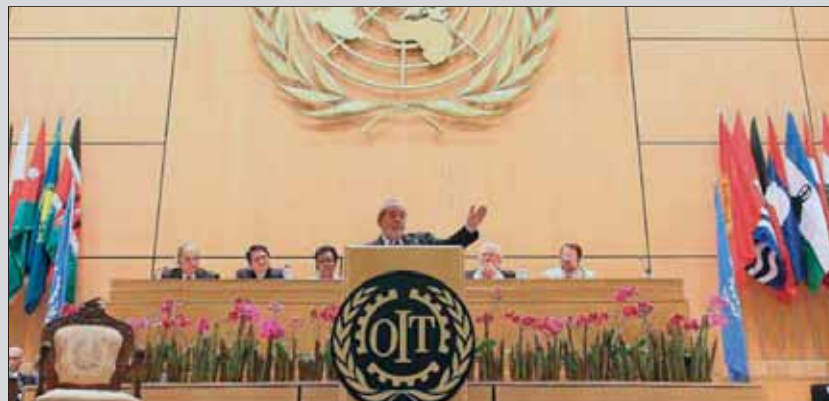
Prevê-se que haja apenas uma lista candidata à Direcção, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Geral – encabeçada pelo actual Presidente da Direcção, Carlos Silva – mas novidades podem aparecer, porque a data limite para a entrega de candidaturas coincide com o fecho desta edição.

Segundo Mário Figueira, “tudo está a correr bem” e não é previsível que venham a acontecer problemas como os que se verificaram no anterior acto eleitoral, em 2007.

Como grande novidade para este sufrágio, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral destaca o facto da Secção Sindical de Reformados que, pela primeira vez, fruto de uma revisão estatutária, verá eleitos três elementos, que terão assento no Conselho Geral do SBC.

A tomada de posse dos novos órgãos sociais acontecerá até oito dias depois de anunciados, oficialmente, os resultados das eleições. ■

## Direito Internacional e comunitário também protege contratação colectiva



**P – Além da CRP, o direito à contratação colectiva encontra enquadramento no plano internacional?**

R – O Artigo 4.º da Convenção da OIT n.º 98, de 1949, sobre o direito de organização e de negociação colectiva, impõe aos Estados signatários, nos quais se inclui Portugal, a adopção das medidas necessárias, em função das “condições nacionais”, para encorajar e promover a negociação colectiva como meio de regulação das condições de trabalho. Por seu lado, a Convenção da OIT n.º 151, relativa à protecção do direito de organização e processo de fixação das condições de trabalho na função pública prevê no respectivo Artigo 7.º a adopção de medidas destinadas a promover a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas e as organizações de trabalhadores da função pública.

**P – E no direito comunitário?**

R – Também a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia [que adquiriu força vinculativa com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa], no seu Artigo 28.º, proclama o direito de os trabalhadores, as entidades empregadoras e as organizações respectivas negociarem e celebrarem convenções colectivas, aos níveis apropriados, sem qualquer exclusão.

O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, no seu Acórdão Demir y Baykara c. Turquia, processo n.º 20868/02, afirma que o Art. 11.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem protege os interesses dos filiados por meio da acção colectiva do sindicato, que os Estados devem autorizar devendo estes fazer o possível para tornar efectivo esse direito, sem exigências arbitrárias. O tribunal afirmou expressamente que

a convenção colectiva constitui o meio principal, quando não o único, para que o sindicato promova o interesse dos membros e afirmou que a anulação retroactiva de uma convenção colectiva (por carecer o sindicato de personalidade jurídica) constituía uma ingerência na liberdade sindical.

**P – Qual a jurisprudência comunitária sobre negociação colectiva?**

R – Resulta inequivocamente da sua jurisprudência que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considera que o direito à negociação ou contratação colectiva é um dos aspectos fundamentais do direito ou liberdade sindical, do direito a fundar sindicatos e a filiar-se neles para defesa dos interesses comuns. As negociações colectivas (e o seu fruto, a convenção colectiva) são meios essenciais para promoção dos interesses dos trabalhadores, que os Estados devem não apenas respeitar, abstendo-se de ingerências ou interferências, mas proteger, existindo, a este propósito, para os Estados uma obrigação positiva de facilitar o exercício dos direitos.

Recorde-se que o Estado português assumiu, ao ratificar a Convenção n.º 151 da OIT, uma obrigação de encorajar e promover a contratação colectiva também no sector da função pública, obrigação que não se afigura compatível com a paralisação desta, em alguns dos seus efeitos mais essenciais. ■

## Bancos insistem em 0% de aumento salarial

A primeira reunião de negociações para a revisão salarial de 2011 decorreu dia 24 de Fevereiro entre a Febase e o Grupo Negociador das IC sem que tenha havido qualquer aproximação de posições.

A Febase e o Grupo Negociador das Instituições de Crédito (IC) subscritoras do ACT do sector bancário reuniram-se para analisar a proposta sindical de revisão salarial e a contraproposta patronal.

Recorde-se que à reivindicação de 2,2% de aumento salarial apresentada pela Febase, o Grupo Negociador das IC respondeu com a manutenção dos actuais vencimentos, ou seja, pretende que em 2011 não haja aumentos salariais.

Na primeira sessão da ronda negocial ambas as partes mantiveram inalterada a respectiva proposta.

O Grupo Negociador justificou a sua posição com a actual situação da economia nacional, afirmando ser difícil a obtenção de um consenso imediato.

A Febase, por sua vez, reafirmou a sua posição, considerando inaceitável a contraproposta patronal.

A próxima reunião de negociações está agendada para 15 deste mês. ■



## Conferência Mundial da UNI-Finanças

## Regresso ao futuro começa em Lisboa

Texto: Inês F. Neto

A UNI-Finanças exige um ponto final na economia de casino que dominou os últimos anos até o sistema colapsar na maior crise desde a Grande Depressão. A estratégia da organização para forçar a mudança e fazer valer os interesses dos trabalhadores será delineada em Lisboa, na 3.ª Conferência Mundial



O lema da 3.ª Conferência Mundial da UNI-Finanças é bastante elucidativo quanto aos objectivos da organização sindical: “Regresso ao futuro: novos caminhos para um sistema financeiro justo”. A Febase e os seus Sindicatos são anfitriões da reunião magna, que se realiza nos dias 16 e 17 na Escola Superior de Turismo do Estoril.

A conferência de Lisboa apresenta um programa muito ambicioso: pretende traçar as linhas mestras que permitam pôr em prática, no que diz respeito à área sectorial das Finanças, os objectivos da UNI-Global Unions definidos em Nagasaki para durarem até ao próximo Congresso, na Cidade do Cabo, quando será feito o balanço das lutas travadas e das batalhas vencidas... ou não.

Assim, entre os temas em debate refira-se “Rompendo barreiras: planificação estratégica”, que faz justamente a “ponte” entre o Congresso de Nagasaki e o da Cidade do Cabo para o sector financeiro. O

objectivo desta sessão é precisamente discutir a actividade da UNI-Finanças para os próximos quatro anos.

Seguir-se-á um dos temas considerados mais importantes, já que se centra no futuro do sector financeiro e na necessidade de alterar o actual modelo de globalização. Dois anos depois da crise financeira global, os trabalhadores continuam a reivindicar um papel activo no redesenho do sistema, ou seja, exigem ser incluídos na discussão global como fazendo parte da solução.

No entanto, como critica a UNI, em 2010 não se viu serem tomadas as medidas necessárias em matérias como regulação, supervisão, diversidade do sector ou remunerações dos gestores. Por isso os trabalhadores e os seus sindicatos continuarão atentos à situação e insistindo na mudança para um sistema financeiro mais justo em todo o Mundo.

## Condições de trabalho

A Conferência dará igualmente muita importância às condições de trabalho, assunto abordado pelos delegados em várias sessões de trabalho. É o caso, por exemplo, da sessão dedicada aos trabalhadores temporários em agências e à discussão sobre a organização de novas formas de trabalho.

No sector financeiro não param de aumentar as formas precárias e atípicas, como o trabalho temporário através da externalização, os contratos a termo e a tempo parcial. Na Conferência, a UNI-Finanças pretende discutir o significado destas formas de vínculo laboral para a negociação colectiva e os sindicatos.

Do mesmo modo, os delegados têm na agenda o debate da organização da força sindical nas multinacionais, já que tanto bancos como companhias de seguros continuam a sua expansão pelo Mundo tendo como denominador comum as mais baixas condições de trabalho.

A UNI e os sindicatos filiados mantêm a luta por regras e normas equitativas através da cooperação sindical, dos direitos dos trabalhadores e da conquista de novas associações.

## Dos trabalhadores aos consumidores

Por fim, e já num registo simultaneamente interno e externo, será dada particular atenção ao desempenho profissional dos bancários enquanto prestadores de serviços aos cidadãos, já que aconselham os consumidores em matéria de produtos financeiros. Mas para que este aconselhamento possa ser feito de forma responsável é preciso que os bancários tenham condições de trabalho justas.

A venda irresponsável de produtos financeiros tem sido um dos assuntos que mais tem centrado a atenção da população em geral sobre o sector financeiro, pois foi considerado um dos factores responsáveis pela crise financeira mundial.

Consciente deste problema e assumindo uma atitude activa na sua resolução, a UNI-Finanças desenvolveu uma estratégia que passa pela elaboração de uma carta modelo, iniciativas ao nível da negociação colectiva, mudanças normativas e a assunção de um compromisso entre as principais partes interessadas. ■

## Estudar cenários para reagir a tempo

Texto: Inês F. Neto

Os delegados à conferência da UNI analisarão em Lisboa vários cenários para os serviços financeiros no período pós-crise

A crise financeira pode estar a chegar ao fim mas a fragilidade dos mercados financeiros ainda está para durar, o que exige um estudo aprofundado da situação por forma a identificar perigos e reagir a tempo de evitá-los.

A UNI-Finanças quer estar prevenida para qualquer eventualidade, para poder responder eficazmente em defesa dos trabalhadores que representa. Com esse objectivo, os delegados à 3.ª Conferência Mundial da organização, que se realiza em Lisboa nos próximos dias 16 e 17, vão analisar um relatório da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound) sobre os serviços financeiros no período pós-crise.

O documento, que Oliver Roethig acolheu já favoravelmente, examina as recentes tendências económicas nos sectores bancário e dos seguros, bem como o debate em torno da regulação dos mercados financeiros. Estudando os modelos de negócio que são aplicados como uma resposta à crise, o Relatório desenvolve cenários para o processo de adaptação do sector dos serviços financeiros europeus.

O estudo da Eurofound conclui que as adaptações importantes já ocorreram nos serviços financeiros europeus: desalavancagem significativa; regresso ao “core business”; reestruturação e mudança nos sistemas de remuneração dos gestores, com forte ênfase em incentivos de longo prazo, em detrimento dos de curto prazo.

No entanto, o relatório salienta que importantes desafios existem ainda pela frente: a criação de um novo quadro de regulação para os mercados financeiros, a vulnerabilidade das economias face a uma segunda ou terceira derrapagem, e a nova força dos mercados asiáticos.

## Três cenários

Para os próximos cinco a dez anos, o relatório desenvolve três cenários:

• **O passado é o futuro:** este cenário caracteriza-se pela manutenção do “sta-

tus quo”, ou seja, o alto risco continua. A reestruturação fundamental dos serviços financeiros não se faz, porque é impedida pelos grandes “players”. A indústria continua com as estratégias do lucro a curto prazo, fortemente orientadas para o accionista.

• **Uma nova ordem mundial para os mercados financeiros:** o fim da época de ouro. A regulação efectiva dos mercados financeiros contribui para reorientar as empresas para modelos de negócios sustentáveis, “secando” os mercados financeiros de alto risco.

• **Economias divididas:** o pior cenário. Não se alcança um consenso sobre uma nova ordem financeira mundial e a crise financeira e económica ficará fora de controlo. A desestabilização vai dividir a Europa, económica e socialmente.

## Sindicatos preocupados

Os Sindicatos da UNI-Finanças estão preocupados com o futuro e querem garantir que o pior cenário não se torna realidade.

Oliver Roethig manifestou já as dúvidas da UNI face ao comportamento dos grandes investidores, sobretudo dos Bancos de investimento, que tudo farão para parar – e até reverter – as alterações que estão a ser tomadas em matéria de regulação.

«Temos de certificar-nos de que o cenário de alto risco não é o futuro», frisou o responsável.

## Programa

A Conferência Mundial da UNI-Finanças, que se realiza na Escola Superior de Turismo do Estoril, tem o seguinte programa:

## Quarta-feira, 16:

8h30 – Inscrição dos delegados

9h30 – Abertura

• Aprovação da Ordem de Trabalhos  
• Eleição das comissões de credenciais e de Resoluções

• Sessão 1: Quebrando barreiras: planificação estratégica (debate)

13h30 – Almoço

14h00 – Reinício dos trabalhos

• Sessão 2: O futuro do sector financeiro: mudar a globalização (debate)

• Sessão 3: Trabalhadores temporários de agências: organizar novas formas de trabalho

(sessão com perguntas e respostas)  
17h30 – Final dos trabalhos

## Quinta-feira, 17:

9h30 – Início dos trabalhos

• Sessão 4: Aconselhamento justo – condições de trabalho justas (debate)

• Sessão 5: Apresentação da Moção sobre alterações ao Regulamento da UNI-Finanças

12h20 – Manifestação “Fim do capitalismo de casino” frente ao Casino Estoril

14h20 – Reinício dos trabalhos

• Sessão 6: Multinacionais: organizar a força sindical

• Sessão 7: Eleições do Grupo Director

• Encerramento dos trabalhos  
17h00 – Fim da Conferência Mundial



«Os Sindicatos estão preocupados com o padrão de desenvolvimento», afirmou Oliver Roethig, referindo o facto de banqueiros de investimento estarem a assumir os cargos de CEO em Bancos multinacionais, o que, segundo a organização sindical, poderá colocar em causa o modelo de Banco universal. «Para a UNI-Finanças, um Banco universal deve ser em primeiro lugar um Banco comercial e de retalho, que serve a economia real.»

O líder da UNI-Finanças deixou ainda claro que para os Sindicatos o segundo cenário é o único que merece uma união de esforços: regulação eficaz do sector financeiro, intimamente ligado à economia real. ■

## Manifestação no Estoril

“Fim do capitalismo de casino” é o mote para a manifestação que a UNI-Finanças promove no dia 17 de Março, pelas 12h20, frente ao Casino Estoril.

Com esta acção, a organização sindical mundial exige o fim de um sistema financeiro sem regulação nem supervisão, características em muito responsáveis pela maior crise desde a Grande Depressão da década de 30 do século XX, que arrastou o Mundo para a actual recessão económica e provocou o desemprego de milhões de trabalhadores. ■

Fuga para a frente?

## Pretensa caducidade do CCT de Seguros solicitada pela Associação de Seguradores



Texto: Luis Dias

A actual Direcção da Associação Portuguesa de Seguros (APS) não sabe bem como resolver o “imbróglio” que criou com as sucessivas interrupções do processo negocial entetado em 2004 e, contrariamente ao afirmado, nunca as propostas de revisão do actual CCT foram objecto de discussão em sede de conciliação e de mediação no MTSS, mas apenas a tabela salarial e as cláusulas de expressão pecuniária, para os anos de 2009 e 2010, às quais as partes davam prioridade, como matéria relevante, nos termos do estabelecido no Código do Trabalho.

Para além de que é igualmente incompreensível este comportamento da APS, porque foi o seu próprio Presidente que, na altura – Março de 2006 – apresentou aos Sindicatos um estudo elaborado por uma empresa especializada sobre as funções, categorias e carreiras profissionais existentes nas seguradoras, tendo elegido como prioritária para a negociação da revisão do CCT esta matéria, o que veio a acontecer, tendo a negociação sido retomada a partir deste documento.

Durante mais de ano e meio houve várias reuniões negociais e verificaram-se substanciais progressos que se encontram espelhados em documentos anexos às respectivas actas das rondas negociais, entretanto, ocorridas.

Em 12 de Setembro de 2007, foram as negociações interrompidas a pedido dos negociadores da APS, alegando “necessidade” de consultarem a empresa especializada que lhes tinha elaborado o já citado estudo.

Apesar das várias insistências dos Sindicatos para serem retomadas as negociações, o tempo foi passando.

Entretanto, chegou à APS um novo elenco directivo que, em Março de 2009, informou os Sindicatos de que o processo negocial anterior tinha de ser revisito, dado que tinham decidido rever apenas “cirurgicamente” o CCT nas cláusulas que estivessem em desconformidade com as matérias imperativas constantes no novo Código do Trabalho, em vigor desde Fevereiro de 2009.

Os negociadores do STAS manifestaram, acto contínuo, ao actual Presidente, a sua estranheza e total discordância, porque se sentiam ardilosamente enganados pela APS, num processo negocial em que até tinham sido alcançados os necessários consensos sobre esta matéria estruturante e nuclear do CCT (funções, categorias e carreiras).

Mesmo assim, mantiveram a sua postura negocial, reafirmando sempre a sua posição de que o acordo final sobre a pretendida revisão cirúrgica só teria cabimento se, em concomitância, fosse concluído o processo negocial interrompido das funções, categorias e carreiras profissionais, dado o reconhecido desajustamento às realidades vividas nas empresas de seguros, pela

emergência de novas funções e profissões.

A APS solicitou, em Janeiro de 2010, mais uma “pausa” para reflexão: vem agora pretender a caducidade do CCT de Seguros, o que indicia um comportamento negocial eivado de autêntica “má-fé”, com sucessivos protelamentos e, quiçá, bloqueamentos de várias ordens do processo de revisão, despoletado pela própria em 2004, procurando amedrontar os trabalhadores de Seguros com mais esta sua postura anti-negocial.

Cumpramos lembrar, aliás, que, em 2008, aquando da revisão da tabela e das cláusulas de expressão pecuniária, foi publicado o texto consolidado no Boletim do Trabalho e Emprego.

Tal como foi transmitido aos associados presentes na reunião magna do passado dia 13 de Fevereiro, o STAS está firmemente empenhado em desmontar, por todas as vias legais ao seu dispor, mais esta cabala da APS, atentatória do direito inalienável dos Sindicatos à negociação colectiva e que a sua actual Direcção pretende, desde 2009, pôr em causa.

Por isso é que está a tentar a chamada “fuga para a frente”, convencendo as suas associadas de que existe um bloqueamento negocial da parte dos Sindicatos, o que nunca existiu, porque sempre se procurou negociar.

Vamos aguardar pelas cenas dos próximos capítulos. Esperemos, ainda, que haja objectividade e bom senso por parte dos técnicos do MTSS, na análise da “distorcida” matéria factual do pedido de caducidade ali formulado pela APS.

O STAS, com a força que lhe advém de ser o Sindicato maioritário do sector de Seguros e fazer parte de uma Federação sindical que envolve 80.000 associados, está confiante de que será feita justiça em relação a mais esta iniquidade, perpetrada pela actual Direcção da APS e que sejam retomadas pelas partes as negociações sobre a revisão do actual CCT de Seguros.

A tal propósito foi endereçada à APS uma carta subscrita pelos três Sindicatos do sector de Seguros. ■

Alerta aos trabalhadores

## O despudor chegou aos Seguros

Texto: José Pais



De repente, como quem não quer dar nas vistas, eis que chegaram os despedimentos colectivos no sector de Seguros, como forma de se minimizarem custos e potenciar sinergias.

Primeiro, foi a Açoreana que abriu este caminho e, agora, o mesmo está a acontecer na MACIF (ex-Sagres).

Não pactuamos com pretensas reorganizações, que mais não são do que experiências de gestão, cujos maus resultados apenas penalizam os trabalhadores.

Estamos numa economia de mercado, mas todos temos que nos sujeitar a regras de convivência, sob pena de transformarmos este País numa perfeita anarquia.

E, pasme-se, para aqueles que pensavam que só os mais pequenos eram atingidos.

Directores-Coordenadores, Directores de serviço, Gerentes de dependência e daí para baixo, todos são contemplados.

Os argumentos são os mais variados: reestruturações decorrentes de processo de aquisição; extinção do posto de

trabalho; redução de massa salarial por excesso da mesma; redução de efectivos por efectivos a mais, etc., etc.

Tudo serve para justificar o injustificável.

E, neste processo de despudor, são atingidos profissionais de seguros com provas dadas, alguns dos quais cometeram a leviandade de acreditar em processos de inovação e desenvolvimento, trocando as Seguradoras onde estavam há dezenas de anos por uma outra e por um processo de crescimento estratégico, validado pela administração. Mal sabiam que escassos dois meses depois de entrarem, se encontrariam envolvidos num processo de despedimento colectivo.

O STAS lutará, por todos os meios e formas ao seu dispor, pela defesa dos seus associados envolvidos nestes despedimentos colectivos e, juntamente com outros sindicatos da FEBASE e certamente com a UGT, tomará as decisões que se justificam no caso da MACIF, onde, pela natureza da entidade e dos fins sociais que a mesma perfilhava desde o início – EUROSAP, depois SAGRES e agora MACIF – conduziu a que

alguns dos Sindicatos, nos quais se inclui o STAS e as Centrais sindicais, façam parte do conjunto de accionistas da Seguradora.

Também os trabalhadores, independentemente das suas categorias, como estes casos comprovam, deverão ter todas as cautelas quando são aliciados para mudarem de empresa, aconselhando-se sempre junto do seu Sindicato, sobre a forma e conteúdo que deve revestir o novo contrato de trabalho que irão celebrar, salvaguardando-se assim do aventureirismo que campeia nos Seguros.

Exigimos que a relação com os trabalhadores se pautar por regras que incluam o respeito pela pessoa, como ser humano e como trabalhador que, ano após ano, deu à sua empresa o melhor de si próprio, quantas vezes em detrimento da sua família.

É por tudo isto fundamental, mais que nunca, a sua sindicalização.

Só uma forte sindicalização impedirá o resvalar dos patrões do sector para o livre arbítrio.

Conte com o STAS! Nós contamos consigo! ■



UGT

## Combate ao desemprego deve ser prioridade das prioridades

TEXTO: RUI SANTOS

O Secretariado Nacional da UGT reuniu em 25 de Janeiro, para analisar a situação política, económica e social do nosso País e, em particular, da preocupante situação na área social. E, das suas conclusões, aprovadas por unanimidade, foi elaborado um comunicado, de que transcrevemos os pontos mais importantes e que começa por felicitar o Prof. Cavaco Silva pela sua reeleição como Presidente da República

O combate ao desemprego actual e as perspectivas de aumento futuro devem continuar a ser a prioridade das prioridades, embora condicionado pelos elevados défice do Estado e endividamento externo, rejeitando claramente a possibilidade de apoio por parte do FMI, arrastando consigo o agravamento da situação social, particularmente por via de redução do emprego público, das privatizações, de medidas contra o Estado Social e de desregulação social.

### A luta dos trabalhadores do sector público

Apoiar os trabalhadores da Administração Pública e a luta dos seus Sindicatos contra medidas claramente penalizadoras, particularmente em termos de redução de salários, instabilidade no emprego e penalizações nas carreiras, saúde, pensões e outras.

Apoiar os trabalhadores do sector empresarial do Estado e a luta dos seus Sindicatos, contra medidas análogas às que atingem os trabalhadores da Administração Pública, com uma falsa aplicação do princípio da igualdade de condições, ignorando a situação real das empresas e penalizando a qualidade e o preço dos serviços que prestam às populações.

A UGT exige que exista um efectivo diálogo social a garantia de que não haverá despedimentos e o reconhecimento de que a qualidade do emprego e do serviço público estão necessariamente associadas, bem como a defesa do Estado Social, que inclui em especial a educação, o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social, que assegure uma base fundamental para a igualdade de oportunidades, para a coesão social e para a competitividade das empresas e da economia.

### Defender o direito à contratação colectiva em todos os sectores

Declarar a mobilização da UGT e dos seus Sindicatos no desbloqueamento dos processos negociais e na cobertura dos trabalhadores não abrangidos por convenções colectivas de trabalho, bem como desafiar os restantes parceiros sociais para acordos bilaterais que traduzam compromissos para a dinamização da negociação colectiva; exigir a melhoria dos rendimentos reais dos trabalhadores, em linha com a inflação, o aumento de produtividade e as condições de competitividade, uma base indispensável para a dinamização da negociação colectiva e para a defesa do sector produtivo nacional; e exigir uma política sustentada de diminuição das desigualdades, por via da melhoria dos rendimentos mínimos, da penalização de salários excessivos de muitos gestores e de lucros excessivos dos detentores de capital, como base de uma política fiscal que promova maior justiça social.

### Uma concertação social responsável

Manifestar o empenhamento da UGT na construção de políticas públicas e privadas que reforcem a competitividade e o emprego, bases para melhores condições para o crescimento económico.

Exigir que a iniciativa para a competitividade e o emprego seja discutida num quadro de equilíbrio entre a dimensão económica e a dimensão social, respondendo à necessidade de criar mais e melhores postos de trabalho, com especial atenção aos jovens, e que não permita a exclusão do mercado de trabalho dos desempregados mais idosos, muitas vezes saídos de sectores de activida-

de que sofrerão no futuro uma redução de emprego.

Rejeitar que o ajustamento seja apenas feito na área das relações de trabalho, sendo fundamental reforçar o investimento privado, aumentar os investimentos em áreas que reforcem as exportações e reduzam as importações, reduzir os investimentos no estrangeiro, combater a economia clandestina, melhorar o funcionamento da Administração Pública, promover a redução dos custos de contexto que afectam a vida das empresas e dos cidadãos, exigir uma melhoria da capacidade técnica das empresas – em especial por via da inte-

Rejeitar que o ajustamento seja apenas feito na área das relações de trabalho, sendo fundamental reforçar o investimento privado, aumentar os investimentos em áreas que reforcem as exportações e reduzam as importações

gração de jovens quadros que hoje não encontram emprego em Portugal –, reduzir claramente a dimensão dos gabinetes dos membros do Governo e das contratações exteriores que realizam, apostar na qualificação e na inovação a todos os níveis, promover a requalificação dos recursos humanos, e manifestar a necessidade de atender às propostas já apresentadas pela UGT em CPCs, na procura de um compromisso global que contribua para a melhoria da competitividade e para o aumento quantitativo e qualitativo do emprego.

### Promover a sindicalização

Reforçar as acções visando o aumento da sindicalização, através de uma acção articulada entre a UGT, as Uniões e os Sindicatos; e apostar na formação sindical e profissional dos quadros sindicais e dos trabalhadores, procurando uma maior articulação das Instituições em que estamos envolvidos, com os filiados na UGT, particularmente as Uniões recentemente constituídas. ■

## Contrato de trabalho a termo de trabalhador à procura do 1.º emprego

TEXTO: JOSÉ FREDERICO\*

Tem sido objecto de discussão o problema de saber se, no caso da sucessão de contratos a termo com a justificação da procura de 1.º emprego, é permitida ou não, a ultrapassagem do limite máximo de dezoito meses, consagrado na alínea a) do n.º 1 do Art. 148.º da Lei 7/2009, de 11/2 (CT/2009).

Lido o Art. 143.º do CT compreende-se que tenha nascido, no seio de algumas entidades patronais, uma interpretação – a meu ver abusiva, como se verá – que aponta para a permissão de uma nova admissão ou afectação de trabalhador, antes de decorrido o período de tempo de “vacatio” aí previsto, quando o contrato tenha sido outorgado ao abrigo do regime aplicável à contratação de trabalhador à procura de primeiro emprego”.

O CT de 2009 manteve a duração máxima para contratos outorgados com este motivo, estabelecendo o seu Art. 148.º, n.º 1 alínea a) que “(...) não pode exceder três renovações e a sua duração não pode exceder: a) 18 meses, quando se tratar de pessoa à procura de primeiro emprego”.

Com uma “nuance” da maior importância, tal normativo passa a ter natureza imperativa, não podendo ser afastado por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho (Art. 139.º).

Por outro lado, a duração do contrato, prevista neste normativo, terá que ser entendida como correspondendo à duração total do contrato, incluindo renovações, e isto por força do n.º 4 do Art. 149.º, que, expressamente, prevê que se “considera como um único contrato, aquele que seja objecto de renovação”.

Por último, mas não menos importante, o Art. 143.º, n.º 1, ao proibir a política de contratos sucessivos, antes de decorrido um período de tempo equivalente a um terço da duração do contrato, incluindo as respectivas renovações, pretende evitar que, por meio da celebração sucessiva de contratos de trabalho a termo, “o empregador obtenha um efeito que a lei visa afastar: “recorrer ao trabalho a termo para satisfazer necessidades permanentes da empresa, em detrimento de, como se exige, fazer face a necessidades transitórias”. (In Diogo Vaz Mareco, in Código do Trabalho Anotado).

Dir-se-à que o CT/2009 prevê derrogações a tal política de impedimento de contratos sucessivos, e isto, nomeadamente, nos casos de trabalhadores anteriormente contratados ao abrigo do regime aplicável à contratação de trabalhadores à procura de primeiro emprego (alínea d) do n.º 3 do Art. 143.º), caso em que o período de espera previsto no n.º 1 seria afastado, permitindo-se contratações imediatas e, consequentemente, a ultrapassagem dos limites máximos da duração destes contratos.

A resposta a este entendimento não pode deixar de ser inequivocamente negativa.

Como expressamente decidiu o Tribunal de Trabalho de Viseu, em sentença proferida em 15/10/2010:

“na verdade, a nova contratação destes trabalhadores mantém a duração prevista naquele n.º 1, alínea a), ou seja 18 meses; e, em hipótese alguma, pode atingir três anos, período correspondente ao regime geral (Art. 148.º, n.º 1, al. c). No mesmo sentido escreveu Susana Sousa Machado, in Contrato de Trabalho a Termo, pág. 220, nota 561 “o legislador de 2009 esclareceu que a contratação a termo destes trabalhadores não pode exceder dezoito meses”. “Pelo que o limite dos dezoito meses se aplica não só a um contrato a termo e suas renovações, mas também à eventualidade de contratos a termo sucessivos, em que a «contratação a termo», mesmo que se entenda que o contratado a termo anteriormente ainda está à procura de primeiro emprego, não poderá exceder tal limite”.

Em conclusão: o contrato a termo cuja duração tenha ultrapassado a que está consagrada para a contratação a termo sob este motivo justificativo, impede a entidade empregadora de desencadear o mecanismo da invocação da caducidade do contrato.

E porque se trata na formulação do CT de 2009 de norma imperativa, (Art. 139.º) a duração destes contratos a termo não pode ser derogada por instrumento de regulação colectiva, não tendo, por isso, aplicação, eventual prazo superior, ainda que previsto no respectivo ACT.

E isto, ainda, porque, apesar do n.º 2 do Art. 7.º da Lei 7/2009, de 12/02, (lei



preambular) estabelecer “que as disposições de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho contrárias a normas imperativas do Código do Trabalho devem ser alteradas na primeira revisão que ocorra, no prazo de doze meses após a entrada em vigor desta lei, sob pena de nulidade”, não é menos certo que o n.º 3 do mesmo Art., ao estabelecer que “o disposto no n.º anterior (n.º 2) não convalida as disposições de instrumento de regulamentação colectiva nulas ao abrigo da legislação revogada”, fere de morte uma qualquer disposição em contrário, ainda que consagrada em instrumento de regulamentação colectiva.

Esclarecida esta questão, perguntar-se-à, ainda, que consequências advêm para o trabalhador sujeito de um contrato a prazo outorgado com este motivo e onde tenha sido ultrapassada a sua duração máxima?

Voltando a invocar a sentença acima referida, esta esclarece: “(...) nos casos em que o empregador viole a inibição de celebração de contratos sucessivos para o mesmo posto de trabalho, a consequência é que se deve considerar que o trabalho é prestado pelo trabalhador ao empregador em regime de contrato de trabalho sem termo, como decorre do disposto no Art. 147.º do CT. O mesmo se diga no caso de ser ultrapassado o respectivo prazo de duração, por força do disposto nos Art. 147.º, n.º 2, e 148.º do referido CT”. ■

\*Advogado do SBC



Foto STAS/SBSI 2010

# Entrega de prémios e inauguração da exposição

TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA**

No passado dia 7 de Fevereiro, nas instalações da sede do SBSI, em Lisboa, decorreu a entrega de prémios aos grandes vencedores do concurso de fotografia que o STAS e o SBSI promoveram, durante o ano de 2010



Foi na Sala Cinzenta que se deram a conhecer os concorrentes premiados de cada um dos Sindicatos: da parte do STAS, o 1.º prémio foi para João Sales, com a fotografia “Marca passageira”; o 2.º prémio foi para Selma Caeiro, com a fotografia “Ancorados”; e o 3.º prémio foi para João Sales, com a fotografia “Pôr-do-sol no

Tejo”. No que toca ao SBSI, o 1.º prémio foi para Rui Martins, com a fotografia “Dança comigo”; o 2.º prémio foi para Cristina Mestre, com a fotografia “Pausa”; e o 3.º prémio foi para João Amaro, com a fotografia “Instantes da manhã”. Foram ainda atribuídas Menções Honrosas às fotografias “Chegada” e “À espera da vida”, de Cristina Mestre

(SBSI), e às fotografias “Neblina” e “Envolta na neblina”, de João Sales (STAS). Os premiados receberam um “voucher” em material fotográfico/digital, tendo os primeiros prémios contado com o apoio da patrocinadora deste concurso: a INETESE – Associação para o Ensino e Formação. Os restantes prémios

foram oferecidos pelos Sindicatos aos seus respectivos vencedores. Falou-se ainda do FOTO FEBASE, o concurso para 2011 que arrancou em Fevereiro, deu-se a conhecer o regulamento e apelou-se à participação no concurso, que será aberto a todos os Sindicatos que fazem parte da Federação do Sector Financeiro.

O fim de tarde contou ainda com a inauguração da exposição dos trabalhos que foram seleccionados pelo Júri, ao longo dos dez meses do concurso, e que ficará patente ao público até meados de Março no Museu do SBSI, no edifício-sede do Sindicato, na Rua de São José, 131, em Lisboa. Após a cerimónia de entrega dos prémios e a visita à exposição, se-

guiu-se um pequeno cocktail, para comemoração do sucesso desta iniciativa e para ser feito um brinde aos vencedores e a todos os concorrentes que participaram e que contribuíram para enriquecer este concurso. A todos os participantes, a organização agradece os bons momentos fotográficos. ■



Rui Martins – 1.º prémio SBSI



João Sales – 1.º e 3.º prémio STAS



Cristina Mestre – 2.º prémio SBSI



Selma Caeiro – 2.º prémio STAS



João Amaro – 3.º prémio SBSI



## Encontro de delegados sindicais dos Açores

## Excelente jornada de debate e esclarecimento

TEXTO: Rui Santos

Ponta Delgada foi a anfitriã do 13.º encontro de delegados sindicais dos Açores, que constituiu uma excelente jornada sindical e que serviu para debate e esclarecimento de temas de grande actualidade

O Encontro teve lugar entre 18 e 20 de Fevereiro e contou com a presença de 70 delegados sindicais daquela Região Autónoma, bem como de todos os membros dos Secretariados das três Secções Regionais do arquipélago e de vários dirigentes do SBSI: Delmiro Carreira, Viriato Baptista, Paulo Alexandre, Rui Riso, Teresa Seabra e Cruz Coelho, para além dos Drs. Rolando Gonçalves e Fernando Diogo, professores na Universidade dos Açores, que entrevistaram no painel dedicado ao tema "rumos para o sindicalismo no Século XXI".

Os trabalhos do Encontro começaram com um primeiro colóquio, dedicado à sustentabilidade da Segurança Social e aos Fundos de Pensões e contaram com primeiras intervenções de Francisco Pimentel, Presidente da UGT/Açores, e de Delmiro Carreira.

## Actividade sindical em foco

A actividade sindical esteve em foco na abertura dos trabalhos do segundo dia do Encontro, com Paulo Alexandre a fazer o ponto da situação sobre o processo de revisão da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, tendo ainda abordado as implicações do Orçamento do Estado nas remunerações dos trabalhadores das empresas públicas e as diligências feitas pela Febase para contrariar os cortes salariais nas empresas do sector bancário.

Ainda na manhã do dia 19 teve lugar um segundo colóquio, sobre os rumos para o sindicalismo no Século XXI, que contou com as intervenções iniciais dos Prof. Drs. Fernando Diogo e Rolando Gonçalves, e a que, separadamente, aqui faremos referência.



## Sistema de saúde dos bancários

A parte da tarde foi preenchida com a abordagem de temas relacionados com o sistema de saúde dos bancários, com Rui Riso, Presidente do Conselho de Gerência dos SAMS, a intervir em primeiro lugar, para referir os principais problemas com que se debate a estrutura que dirige e, também, as relações dos SAMS com organizações privadas, nomeadamente a AdvanceCare, e os custos dos postos clínicos.

A manhã do último dia serviu para que cada um dos Secretariados referisse as suas iniciativas, no âmbito das actividades culturais e recreativas e com a Direcção a garantir que manterá o seu apoio a esse tipo de iniciativas.

Também foi feita uma demonstração prática da forma como funcionará o próximo acto eleitoral, no que respeita à utilização de meios informáticos, feita por técnicos da empresa que irá prestar esse serviço ao nosso Sindicato.

## Sessão de encerramento com três momentos altos

A sessão de encerramento teve três momentos altos: as despedidas de Hildeberto Serpa, Secretário-Coordenador da Horta, e de Adelino Silva, Secretário-Coordenador de Angra do Heroísmo, que deixam a actividade sindical após

mais de vinte anos de dedicação plena à defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores bancários.

## As despedidas

Da sentida intervenção de despedida de Adelino Silva, destacamos os seguintes passos, que devem servir de reflexão para todos os activistas sindicais: "a força de um Sindicato não se compra, só se obtém pela unificação do querer e persistência de todos os seus associados, pois é aqui que reside a sua pujança e respeito, e o respeito deve começar na nossa casa. É tempo de começarmos a reflectir a "forma" como devem ser discutidos os muitos problemas com que nos confrontamos no nosso seio: refiro-me ao Congresso, Conselho Geral, reuniões e Encontros de delegados, como este que agora termina. Depois, foi a vez de Filipe Cordeiro fazer uma simbólica homenagem a Delmiro Carreira, que também vai deixar os Corpos Gerentes do Sindicato, destacando a sua dedicação ao Sindicato e o seu labor pela criação e engrandecimento dos SAMS.

Delmiro Carreira exprimiu o seu agradecimento numa breve intervenção, de que destacamos a sua frase final, pelo seu significado: "Vou deixar os Corpos Gerentes do SBSI mas vou continuar ligado ao Sindicato". ■

## Dr. Francisco Pimentel

## Contributos reflexivos sobre a sustentabilidade da Segurança Social

TEXTO: Rui Santos

O Dr. Francisco Pimentel, Presidente da UGT/Açores, teve intervenção activa no Encontro de delegados sindicais dos Açores, com uma intervenção sobre a sustentabilidade da Segurança Social em Portugal

O orador começou por salientar que o direito à Segurança Social concretiza-se através da organização de um sistema que visa a protecção dos cidadãos nas eventualidades de risco social, daí partindo para a especificação de quem são os seus beneficiários e quais essas eventualidades que, como se sabe, são a invalidez, a velhice, a viuvez, a doença, a orfandade, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais e, ainda, o desemprego.

O orador acentuou que a estrutura da nossa Segurança Social assenta em três pilares: nos regimes legais e públicos, assentes no princípio da solidariedade de base universalista; nos regimes complementares, profissionais, de iniciativa privada (empresas ou grupos socioprofissionais); e, também, de natureza complementar, constituído por produtos financeiros, os chamados PPR.

Depois de referir que a Segurança Social é financiada pelas transferências subsidiárias do OGE e pelas contribuições da população activa, considerou estarmos perante um sistema que transfere essencialmente rendimento da população mais nova para a mais idosa.

## A crise da Segurança Social

O Dr. Francisco Pimentel passou depois a abordar a crise da Segurança Social, referindo que isso acontece quando se verifica a alteração das realidades e premissas económicas, financeiras, sociais e demográficas iniciais que serviram de suporte à sua concepção e organização.

Segundo o orador, isso acontece quando o crescimento económico deu lugar à crise e recessão económica; quando o pleno emprego deu lugar a elevadas taxas de desemprego; quando a baixa taxa de natalidade e o aumento da longevidade conduziu ao envelhecimento da população; e quando o volu-

me da população activa começou a aproximar-se da inactiva.

Por seu lado, a crise do financiamento da Segurança Social acontece quando o fraco crescimento económico, acompanhado de maiores índices de desemprego e envelhecimento populacional, puseram em causa a sua sustentabilidade financeira.

## Precariedade agrava crise

Para agravar esta crise, em muito contribuíram a progressiva precariedade do emprego; o aumento das despesas com o desemprego e das verbas para políticas activas de emprego; a diminuição das fontes de receitas do sistema; o pagamento dos rendimentos mínimos; a antecipação da idade da reforma; e a criação do complemento social das pensões de velhice e de invalidez, sem contrapartida de recursos.

Em jeito de resumo, o orador acentuou que o sistema de Segurança Social assente nas contribuições dos rendimentos do trabalho dava assim sinais claros de esgotamento, ameaçando mesmo colapso, para concluir que a crise da Segurança Social é uma crise de financiamento do sistema.

Lembrou depois que, em Outubro de 2006, e com vista a assegurar a sustentabilidade financeira da Segurança Social, o Governo e os parceiros sociais, acordaram numa reforma da Segurança Social, que se traduziu na publicação da Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, hoje chamada Lei de Bases do Sistema da

**Sobre a futura sustentabilidade da Segurança Social, defendeu que "tudo depende da forma como os vectores economia, competitividade e emprego evoluírem em Portugal nos próximos tempos**

Segurança Social (LBSSS), e que teve múltiplas medidas inovadoras, que inventariou, de forma exaustiva, lembrando depois que outras medidas, com igual objectivo, foram introduzidas pelo Decreto - Lei n.º 187/2007, de 10 de



Maio.

Todas essas medidas tiveram, como consequência, o alargamento da base de incidência das contribuições às componentes da remuneração de natureza regular, a redução do valor das pensões – antes da reforma um trabalhador podia esperar, em média, uma pensão equivalente a 113% do salário; depois, fica-se pelos 70% – e o aumento do envelhecimento activo.

Já na parte final da sua intervenção, o Dr. Francisco Pimentel avançou alguns números, que mais sustentaram as suas afirmações. E ainda inventariou as consequências das actuais medidas de contenção económica e, sobre a futura sustentabilidade da Segurança Social, defendeu que "tudo depende da forma como os vectores economia, competitividade e emprego evoluírem em Portugal nos próximos tempos. Se forem positivos, óptimo! Se continuarem a agravar-se, nova reforma legislativa e paramétrica se revelará necessária, acarretando uma inevitável e acentuada degradação do valor das pensões. Neste caso, resta-nos a certeza de um envelhecimento activo". ■



Prof. Dr. Rolando Gonçalves

## “Quanto menor o número de sindicalizados, menos os Sindicatos são representativos”

Texto: Rui Santos

O Prof. Doutor Rolando Gonçalves centrou a sua intervenção no colóquio sobre os rumos do sindicalismo no Século XXI e considerou que, depois do 25 de Abril, houve em Portugal quatro ciclos importantes para o movimento sindical.

### De 1974 a 1985

Assim, até 1985, houve uma estratégia ofensiva dos Sindicatos para a conquista de direitos, com a democratização do sistema e substituição gradual dos princípios do Estado Novo e pluralismo ideológico, o que se traduziu por novos direitos e aumento do poder de compra, com estas consequências nas relações laborais: vigência inicial da unicidade; criação da segunda confederação sindical; enorme crescimento da sindicalização e regulamentação da directriz constitucional que atribuía direitos às comissões de trabalhadores e rivalizava com o monopólio da representação dos trabalhadores pelos Sindicatos.

### De 1985 a 1995

Neste período, aconteceu a liberalização da estrutura da actividade laboral, a reprivatização das empresas e a flexibilização da legislação laboral, acompanhada de políticas de reestruturação de sectores industriais, reforma da legislação laboral, e maior presença e poder dos empregadores, o que gerou que a taxa de sindicalização caísse de 59% para 36% em dez anos, acompanhada de aumento do desemprego, enquanto se iniciava a concertação social e as comissões de trabalhadores perdiam poder de intervenção.

### De 1995 a 2002

Neste período, temos a constituição do mercado social de emprego e a acção reguladora do Estado, ao mesmo tempo que aumentam as despesas sociais, o que teve como consequências, nas relações laborais, a continuação da diminuição da sindicalização; um decréscimo do número de Sindicatos; aumento do desemprego; direito atribuído as entidades



empregadoras para participarem na elaboração da legislação laboral (paridade); criação dos Conselhos de Empresa Europeus; e maior importância à concertação social e alargamento do seu conteúdo temático.

### De 2002 a 2008

Já o último período em análise ainda está bem presente na memória de todos e caracteriza-se pela reforma legislativa laboral, de modo a permitir maior flexibilidade às empresas (Código do Trabalho), redução das despesas sociais e públicas (particularmente o orçamento da Segurança Social) e redução da dimensão da Administração Pública, acompanhada da introdução de novas regras na contratação a termo, adopção de horários de trabalho flexíveis. Em contrapartida, repete-se uma ligeira diminuição da sindicalização.

Defendeu depois o orador, como tendências a curto e médio prazo, nova redução da sindicalização, o reforço da dimensão “individual” e “empresarial” dos contratos, a redução do impacto da contratação colectiva e a abertura dos mercados/globalização/concorrência.

Apesar disso, Rolando Gonçalves considera que continuam válidos os motivos para a sindicalização, que assim são definidos por Barbusse & Glaymann: “como a maioria dos compromissos políticos e

associativos a adesão a um Sindicato inscreve-se numa abordagem colectiva das realidades sociais... Esta abordagem pode ser mais ou menos conflitual segundo o tipo de sindicalismo “luta de classes”, “cooperação”, “colaboração”, “co-gestão”. Mas em todos os casos os assalariados que se sindicalizam inscrevem-se de facto num grupo de referência que tem um papel de socialização. Ao contrário, “a crise do sindicalismo corresponde a uma perda da importância e influência dos Sindicatos no conjunto da sociedade”.

Os mesmos teóricos acrescentam conclusões e levantam dúvidas, para refle-

“a crise do sindicalismo corresponde a uma perda da importância e influência dos Sindicatos no conjunto da sociedade”

xão futura: “quanto menor o número de sindicalizados, menos os Sindicatos são representativos e logo escutados, eventualmente temidos e finalmente eficazes. Quanto menos forem eficazes menor será o número de pessoas propensas a se sindicalizar e o círculo vicioso se fecha”.

Apesar disso, Rolando Gonçalves considerou que o papel dos Sindicatos, de representação e de regulador, é uma necessidade social e política. E daí passou para a pergunta inevitável: que fazer? E, em jeito de conclusão, adiantou que, para os autores citados, existem, pelo menos, três hipóteses: a construção de «sindicatos de serviço»; convergência entre diferentes Sindicatos ou reinventar novas formas de expressão e de acção para os assalariados e/ou cidadãos de amanhã. ■

Por absoluta falta de espaço, só no próximo número poderemos dar relevo à exposição do Dr. Fernando Diogo no Encontro de delegados sindicais dos Açores.

Bowling

## Amável Lourenço no comando

A 6.ª edição do campeonato inter-bancário de bowling já começou e Amável Lourenço, da Unicre, foi o vencedor da primeira das quatro jornadas da competição, que irá apurar os finalistas do Sul e Ilhas, para a ronda derradeira, marcada para 28 e 29 de Maio.

Tal como em edições anteriores, o campeonato terá quatro jornadas na primeira fase e o seu início teve lugar em 19 de Fevereiro, na Beloura, local que servirá para a realização das outras três jornadas, em 19 de Março, 16 de Abril e 21 de Maio.

Na prova participam 42 concorrentes, em representação de seis Instituições de Crédito. E Amável Lourenço, que já é um “veterano” na competição, foi o vencedor da primeira jornada, com uma média de 174,5 pontos e 698 pinos nos quatro jogos, mas seguido de muito perto pelos mais credenciados em prova.

Esta foi a classificação dos cinco primeiros: 1.º Amável Lourenço, da Unicre, com 174,5 pontos de média; 2.º Rui Duque, do BPI, 172,8; 3.º Briano Sousa, do BPI, 170,5; 4.º João Martins, do BPI, 168,3; 5.º Gabriel Dias, do Banco de Portugal, 164 pontos.



Merece destaque o facto de três dos quatro primeiros representarem o BPI e, também, a prestação de Gabriel Dias, o campeão do Sul e Ilhas da edição anterior, que se quedou pelo quinto lugar.

A Comissão Organizadora é formada por Manuel Camacho, Vasco Santos, Rui Duque e Isabel Costa. ■

Golfe

## Campeonato já começou

A 8.ª edição do torneio da Ordem de Mérito do SBSI arrancou em 22 de Janeiro, na Praia d’El Rey, e com a presença de 28 dos 31 inscritos

O torneio deste ano terá cinco jornadas e prosseguirá no passado dia 26, em Belas, continuando depois em 26 de Março, em Santo Estêvão, em 16 de Abril, em Rio Maior, e rematando em 7 de Maio, no Montado, com a realização da final do Sul e Ilhas.

A primeira jornada decorreu num campo acessível e com excelentes condições climatéricas. E teve como vencedores José Manuel Martins, em “gross”, e Carlos Santos, em “net”, sendo estas as classificações dos cinco primeiros em cada vertente:

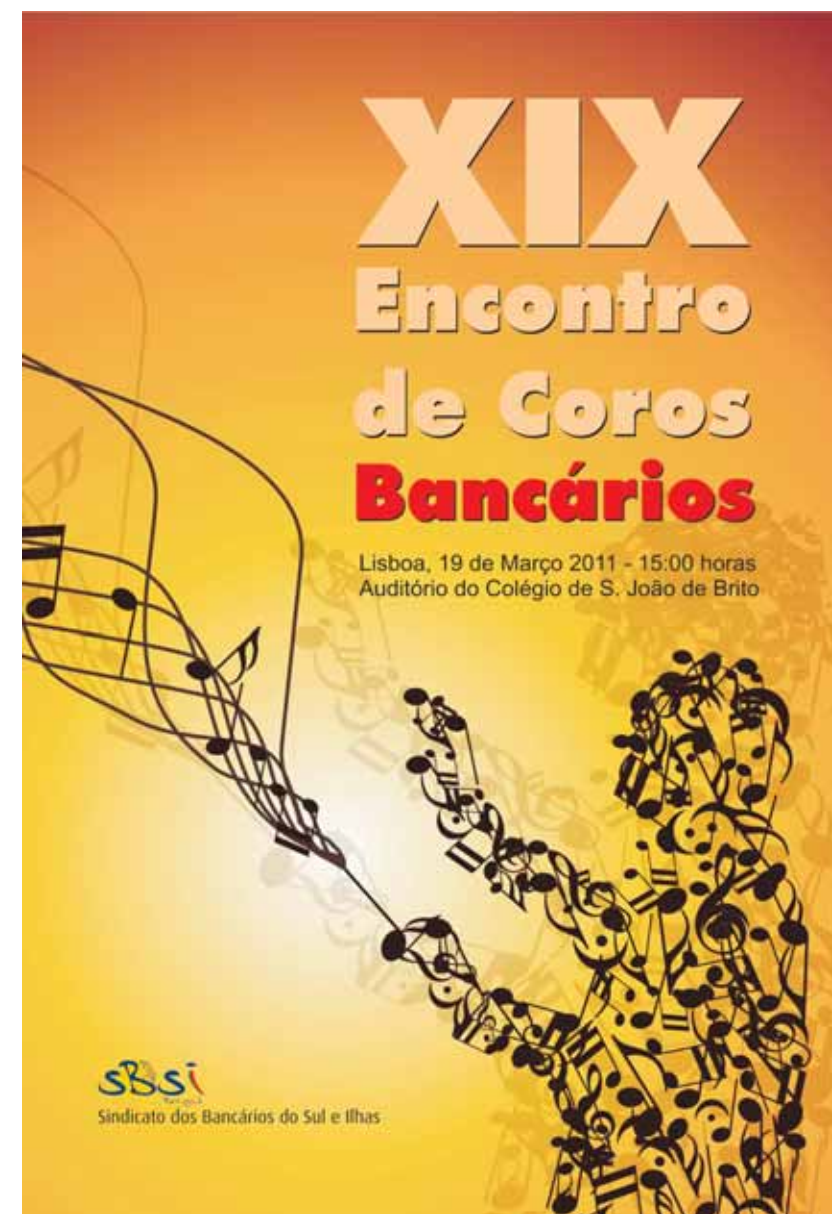
### “Gross”

1.º José Manuel Martins (B. Portugal), 20 pontos; 2.º Francisco Oliveira (CCAM Algarve), 16; 3.º Juvenal Candeias (BBVA), 15; 4.º Veiga da Costa (B. Portugal), 15; 5.º Manuel Calhanas (CGD), 15;

### “Net”

1.º Carlos Santos (BCP), 30 pontos; 2.º Rui Silva (CCAM Aljustrel/Almodôvar), 30; 3.º José Augusto Tomás (BPI), 30; 4.º Juvenal Candeias (BBVA), 28; 5.º José Manuel Martins (B. Portugal), 28.

A Comissão Organizadora é composta por Vasco Santos, Manuel Camacho, Nelson Neto, Vítor Soares e Manuel Figueiredo.





## Encerramento do ano desportivo

## Entrega de prémios e homenagem aos campeões

A cerimónia de encerramento da época desportiva de 2010 realizou-se em 5 de Fevereiro, com a entrega dos prémios aos vencedores de cada modalidade

situação começava a ser preocupante, porque os Fundos não têm sido rentáveis nos últimos anos. Assim, os bancários não perderam nada e ganharam mais segu-

Mas, como não só de desporto vive o SBN, o Presidente da Direcção, Mário Mourão, numa intervenção político-sindical, fez o ponto da situação das mais relevantes questões com que, no momento presente, o Sindicato está confrontado.

Depois de sublinhar que “o ano transacto foi difícil para os trabalhadores portugueses” e que “os próximos também não vão ser fáceis”, Mário Mourão prognosticou a eclosão de “grandes lutas e contestações, em que os bancários irão estar presentes”.

Referindo-se depois à contratação colectiva, salientou que o SBN não vai deixar cair a luta pelos direitos dos reformados: “só perde quem desiste, pelo que continuaremos a lutar para que justiça seja feita.”

Por outro lado, sublinhou que a Febase não deixará ficar sem resposta a afronta patronal de aumento zero dos salários, quando os Sindicatos propõem 2,2%.



“Os Pernetas”, de Vila Real, campeões nacionais e regionais de futsal, veteranos

O presidente da Direcção do SBN referiu-se, também, à recente integração dos bancários na Segurança Social “que, nada tendo a ver com os SAMS, dará mais garantias para o pagamento das pensões”. Recordou, depois, que estas prestações estão hoje dependentes dos Fundos de Pensões, pelos quais os Bancos serão sempre os únicos responsáveis. Ora, a

rança, até porque há Fundos de Pensões que dependem muito da especulação bolsista na Europa. A propósito, apontou o exemplo da Islândia que, apesar de ter sido um Estado que foi à falência, nenhum trabalhador deixou de receber as suas pensões.

A propósito dos SAMS, disse que está a ser discutido um novo modelo para aquele

serviço, “que continua a ser uma máquina pesada, com pesadas responsabilidades adquiridas para com o respectivo pessoal e em que muitos dos postos clínicos não prestam serviços adequados”: “Temos de criar uns SAMS que estejam próximo dos seus destinatários, no sentido de proporcionar uma saúde de proximidade. Por isso vamos criar uma rede convencionada alargada, encerrando, provavelmente, alguns postos e fazendo diversas convenções”.

Por último, revelou que está também em discussão o problema colocado pelo património existente em Cândido dos Reis, 90% do qual se encontra desocupado e bastante degradado: “A solução será eventualmente centrar todos os serviços em S. Brás, conseguindo, assim, importantes economias de escala”. Esta questão está a ser discutida por uma comissão, onde estão representadas todas as tendências com assento no Conselho Geral.

Por último, anunciou que vai ser aberto um novo serviço na área do contencioso, de aconselhamento relativo a matérias do foro cível e não apenas no domínio laboral.

Por seu turno, o responsável pelo Pelouro do Desporto, José António Gonçalves,

lembrou que “nos dias de incerteza e conturbados que se vivem hoje no sector financeiro, o desporto, no tempo que resta livre, é seguramente um excelente escape para recuperar de um dia-a-dia desgastante e estressante”. Por este motivo, “é importante que o SBN preste serviços e desenvolva iniciativas que vão ao encontro das expectativas dos associados, fidelizando os actuais e conquistando novos sócios”.

É nesse sentido, disse, que o SBN vai continuar a proporcionar aos associados e familiares o maior número possível de iniciativas desportivas e de lazer: “Vamos continuar a apostar nas modalidades já existentes, com a realização dos respectivos campeonatos e torneios regionais, e participando nas finais nacionais organizadas pela Febase.

Por fim, manifestou apreço e reconhecimento em relação a todos os colaboradores que, desinteressadamente e nas várias modalidades, apoiaram, com dedicação, presença, trabalho e saber, as 17 modalidades de competição e as 9 de manutenção e convívio – caminhadas, damas clássicas, encontro de motards,



Arlete Costa, do BPI, campeã nacional de ténis

ioga, montaria, orientação, paintball, rafting e tiro com arco – que envolveram cerca de 1.500 pessoas.

Na cerimónia, foram homenageados os sócios do SBN que, em 2010, se sagraram campeões nacionais interbancários: Desportivo BPI, em futsal; “Os Pernetas”, de Vila Real, em futsal veteranos; Fernando Igreja (BCP) em pesca de alto mar; CGD, em pesca de rio; Joaquim Costa (BCP-Porto), em ténis veteranos; Arlete Costa (BPI), em ténis pares senhoras; e José Coelho (BCP) em tiro aos pratos. ■

## Curso de culinária “Especial Regiões”

TEXTO: FIRMINO MARQUES

Destinado aos associados e familiares do SBN, a Direcção vai promover um curso de culinária “Especial Regiões” – em horário diurno e pós-laboral –, que constará de oito sessões de 2h30 cada, durante dois meses.

O curso, com início no próximo dia 17, será ministrado na Escola de Artes e Tradições ABC, na rua Alves Redol, 292 (próximo do Posto Clínico de S. Brás) nas instalações do CCD da Câmara Municipal do Porto (antigo Clube dos Caçadores). ■



Desportivo BPI, campeões nacionais e regionais de futsal



José António Gonçalves, coordenador do Pelouro do Desporto





“Põe-te a andar, pela tua saúde ...”

## 11.ª caminhada

No âmbito das suas actividades, o Pelouro do Desporto, no intuito de proporcionar o bem-estar e o exercício físico aos associados, e familiares, do Sindicato dos Bancários do Norte, promove, no próximo dia 19, a sua 11.ª caminhada, percurso de cerca de 6 quilómetros, que se desenrola ao longo do Rio Douro, pela ciclovia marginal de Gondomar, tendo o seu início e conclusão junto à Pousada do Freixo e, de permeio, a visita à Casa de Gramido, em Valbom.

A ciclovia estende-se entre a Estrada Marginal (EN108) e a margem ribeirinha do Douro, desde o limite do conselho do Porto (Freixo) até ao núcleo histórico de Gramido, passando pelo nú-



cleo piscatório de Ribeira de Abade. O usufruto da extraordinária paisagem do Rio Douro é a característica marcante deste percurso.

A iniciativa é orientada por Francisco Barros, colaborador do SBN, que aconselha aos participantes o uso de

calçado cómodo e já habituado ao pé (botas de marcha, de preferência) meias macias e sem costuras, mochila pequena com alimentos (sandes, fruta, água...) e chapéu ou boné, bastão, impermeável e muda de roupa (conforme o tempo). ■

TEXTO: FIRMINO MARQUES

## “Imagens e um tema” – um êxito e uma promessa

TEXTO: FRANCISCO OLIVEIRA

O Núcleo de Fotografia do SBN concluiu um projecto de dezasseis meses, designado “Imagens e um tema”, facto considerado pouco vulgar mas francamente notável nas hostes culturais nacionais.

Assim, inaugurou, em 16 de Fevereiro, uma exposição com oitenta imagens, evocando os dezasseis temas trabalhados no trajecto do projecto. A exposição pode ser visitada até 30 de Março, todas as Quartas e Quintas-feiras, das 14h30 às 17h30, na Galeria do SBN, Rua Conde de Vizela, 145.

Os autores, representados na foto, ao findarem este longo trabalho, agradeceram à Direcção do SBN o apoio concedido, nomeadamente aos directores e amigos que sempre os acompanharam, bem como ao Sector de Informação, pela colaboração na execução gráfica dos convites e dos catálogos.

Durante o próximo mês de Abril vai apresentar uma exposição sobre o tema “Natureza”, em sintonia com o Ano Internacional da Floresta e que pode ser visitada naquela Galeria, no mesmo horário, a partir de 6 de Abril.

Entretanto, está a ser preparado um outro projecto mais ambicioso e arrojado sobre a temática da cidade do Porto, que o núcleo pretende iniciar em Maio próximo. ■



SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO  
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL E CONSELHO GERAL

Comunicado nº 2/2011

## ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL CONVOCATÓRIA

Nos termos estatutários convoco a Assembleia Geral Eleitoral do Sindicato dos Bancários do Centro, a realizar descentralizadamente nos locais de trabalho, na Sede do Sindicato e nas Delegações Regionais (Guarda, Leiria e Viseu), das 08h30 às 17h30 do dia 14 de Abril de 2011, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

**Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral, a Direcção, o Conselho Fiscalizador de Contas e o Conselho Disciplinar (alínea a) do artigo 30º), para o quadriénio de 2011/2015.**

Coimbra, 10 de Fevereiro de 2011

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
e do Conselho Geral

(Mário Duarte Mendes Figueira)

Sindicato dos Bancários do Centro – Av.º Fernão de Magalhães, 476 – Apartado 404 – 3001-958 Coimbra  
Telef. 239 854 880 Fax – 239 854 889



## Formação

## Excel para reformados em Leiria

Textos: **VASCO GARCIA**

O Sindicato dos Bancários do Centro (SBC) vai retomar a formação na área das novas tecnologias, para profissionais na situação de reforma e familiares. Atendendo ao aumento do IVA e dos custos com o formador, a Direcção do SBC determinou que, para 2011, os valores a pagar pelos formandos devem reflectir estes encargos, compreendendo, porém, que tais valores possam suscitar algumas dificuldades.

Nestes termos, propõe-se levar a efeito um curso de "Excel – nível I (prático)", com a duração de 20 horas, que será ministrado em Leiria, nas instalações da Know-How Consultores, Lda., na Praceta Artur Portela, lote 14, r/c esq. (junto ao LIDL e ao IPJ, nas traseiras da Escola Secundária Domingos Sequeira). O curso decorre até 25 de Março.

O programa inclui exercícios sobre edição de dados numa folha de cálculo; operações com linhas e colunas; operações com operadores aritméticos; aplicação de fórmulas; aplicação das funções "soma" e "média"; utilizar as re-



ferências absolutas e atribuir nomes às células; utilizar as referências externas; formatação condicional; aplicação das funções "máximo" e "mínimo"; funções matemáticas; utilização da função lógica "SE"; aplicação da função lógica "E"; utilização da função lógica "OU"; utilização de funções com componente lógica; utilização das funções lógicas compostas; aplicação de funções lógicas compostas "SE"; "E"; "OU"; conjugação da função "SE" com a função "soma";

conjugação da função "SE" com a função "máximo"; construção de um gráfico; construção de gráficos com dados intercalados; formatação avançada do gráfico; validação de dados: lista pendente; conjugação das funções "ProcV" e "SE" com validação de dados; utilização da função "ProcV" e listas pendentes; aplicação de funções financeiras; conjugação das funções "PGTO" e "ProcV"; aplicação de filtros; agrupar e destacar dados; e criar e utilizar macros. ■

## Iniciação à língua espanhola em Coimbra e nas Caldas da Rainha



A língua espanhola constitui hoje uma realidade que não pode mais ser negligenciada. Não só pelo facto de que quase 450 milhões de pessoas em 20 países falam o idioma – sem contarmos os hispânicos dos Estados Unidos da América – mas pela sua importância no mercado: o espanhol é a segunda língua mais falada comercialmente no

Mundo e as previsões indicam que, em 2050 haverá 550 milhões de falantes de espanhol no Mundo.

Ciente da importância do mercado e da língua de "nuestros hermanos", o Sindicato dos Bancários do Centro (SBC) vai promover dois cursos de "Língua espanhola – relações laborais – iniciação". As formações destinam-se aos

trabalhadores no activo e decorrerão nas instalações do SBC em Coimbra, na Avenida Fernão de Magalhães, de 21 de Março a 27 de Maio, em horário pós-laboral (das 18 às 20H30); e nas instalações do SBC de Caldas da Rainha, na Rua da Caridade, 17, 1.º direito (em frente ao Millennium BCP e junto ao BPI da Avenida da Independência Nacional), de 1 de Abril a 3 de Junho.

No final do curso, os formandos deverão ser capazes de reconhecer e produzir mensagens orais e escritas em língua espanhola, relacionadas com a actividade profissional, nomeadamente em matéria de negociação colectiva, direito do trabalho e comunicação institucional.

Os conteúdos incluem: fonética do espanhol; vocabulário específico às relações laborais em língua espanhola; aquisição de estruturas gramaticais; leitura e compreensão de textos; exercícios escritos e orais; e aspectos socioculturais (cultura, costumes, economia e política espanhola). ■

De 18 a 25 de Junho

## Cruzeiro no Mediterrâneo

Textos: **SEQUEIRA MENDES**

O Sindicato dos Bancários do Centro, através do seu pelouro dos Tempos Livres vai levar a efeito um cruzeiro, por terras de Espanha, França e Itália, aportando e levando

os colegas a deslumbrantes portos do Sul da Europa, em pleno Mediterrâneo, no navio "Adventure of the Seas".

A partida, a 18 de Junho, far-se-á em autocarro, com saídas das cidades

de Caldas da Rainha, Viseu, Guarda, Leiria e Coimbra e com destino ao cais de embarque de Málaga. A partir daqui seguir-se-ão as belas cidades portuárias de Valência (2.º dia), Civitavecchia (4.º dia), Livorno (5.º dia), Ajaccio (6.º dia), com o regresso a Málaga no dia 25.

Os preços por pessoa vão desde € 850, em camarote duplo interior, até € 1400, em camarote individual exterior. O preço inclui uma excursão ao centro de Roma, onde serão visitadas, entre outras, a Piazza di Spagna, a Fontana di Trevi, a Piazza Navona e a Basílica de São Pedro, com acompanhamento de uma guia durante toda a viagem.

Há diversas viagens opcionais, como a viagem ao centro de Valência, outra até Pisa e/ou Florença, a partir de Livorno, e viagens ao interior da ilha de Córsega, a partir do porto de Ajaccio.

Esta viagem só se efectuará com um mínimo de 30 participantes, sendo a data limite para as inscrições a de 6 de Abril. ■

## Surfcasting

## Campeonato já começou

A primeira prova de apuramento do campeonato de surfcasting decorreu em 12 de Fevereiro, na baía de São Martinho do Porto, estando inscritos cerca de uma dezena de participantes.

O dia amanheceu pouco convidativo e fresco, com muitos aguaceiros e com uma forte neblina matinal. E o mar apresentava-se com uma forte ondulação, superior a cinco metros.

Devido à forte precipitação da véspera, a água encontrava-se muito tapada, com a característica cor castanha, provocada pelo barro que vai derivando da foz do rio Salir.

Mas nada disso obsteu à vontade, persistência e motivação de quem, em vez de ficar no quentinho do "vale de lençóis" se predispôs a enfrentar as adversidades e agruras da natureza, de peito feito.

A prova decorreu conforme as expectativas, tendo-se destacado o colega Agostinho, do BES/Coimbra, que, com a captura de duas preciosas douradas, se alancorou no primeiro lugar, bem como João Veiga, que, com a captura de um belo robalo, arrecadou o segundo lugar. Todos os outros "gradaram".

A jornada acabou com um salutar e saboroso encontro gastronómico, onde não faltaram aquelas tertúlias onde os peixes, as "mentiras" e a boa disposição abundaram.



A segunda prova está marcada para 26 de Março, na Figueira da Foz, onde se espera que Neptuno seja mais generoso, no mínimo, pois o convívio estará seguramente garantido. ■



# Conferência sobre o novo Código Contributivo

TEXTOS: **JOSÉ LUIS PAIS/CARLA MIRRA**

Foi significativa e muito participada a conferência sobre o novo Código Contributivo, mais uma iniciativa promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora. A Conferência teve lugar em 3 de Fevereiro e contou com a Dra. Carla Mirra como oradora. Foram abordadas as principais alterações decorrentes do novo Código e implicações decorrentes para os trabalhadores, por conta de outrem e/ou independentes, e para as empresas



A Conferência teve assistência atenta e numerosa



A entrada em vigor, prevista inicialmente para 1 de Janeiro de 2010, foi suspensa por um ano, só ocorrendo em 1 de Janeiro de 2011, embora não na sua plenitude, já que algumas das normas viram a sua entrada em vigor ser diferida. Entre essas normas, estão as correspondentes à adequação da taxa contributiva à modalidade de contrato de trabalho (acrescendo mais 3%, no caso dos contratos a termo, e com uma redução de 1%, no caso dos contratos sem termo), cuja entrada em vigor

não se verificará antes de 2014, atenta a situação complexa actual do nosso País, do ponto de vista do emprego.

O novo Código Contributivo trouxe, como grandes alterações/objectivos, entre outros, o fomento da empregabilidade, o combate à precariedade, o alargamento claro da base de incidência contributiva e sua aproximação à do IRS, alterações de taxas em diversas situações (nomeadamente pré-reforma e reformados em actividade, entre outros), a criação de uma taxa para as

entidades contratantes de trabalhadores independentes (sempre que determinada entidade beneficie de, pelo menos, 80% do valor total da actividade de um trabalhador independente) e a alteração do próprio regime dos trabalhadores independentes, com alteração de taxas e de obrigações.

Especiais atenções mereceram, igualmente, as situações de acumulação, mais concretamente no caso da actividade seguradora, quando o trabalhador de seguros por conta de outrem acumule activida-

de como independente para a mesma empresa (seja como mediador ligado, seja noutra qualidade). Nestes casos, verificou-se igualmente uma alteração de relevo, dado que as taxas aplicáveis à actividade independente passam a ser as correspondentes ao regime geral.

Ao longo da sessão, os participantes colocaram diversas questões e enalteceram a iniciativa do STAS, assumindo como algo preocupantes as alterações decorrentes do Código Contributivo, no presente contexto de crise financeira. ■





Em campanha pela sindicalização

TEXTO: **PATRICIA CAIXINHA**

## Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades



Já lá vai o tempo em que bastava a um Sindicato ter as suas portas abertas para entrarem sócios.

Já lá vai o tempo em que não se questionava a importância de se fazer parte de uma associação de trabalhadores.

Já lá vai o tempo em que tudo parecia mais fácil.

Hoje, os trabalhadores estão mais informados e mais exigentes. É necessário adequar as ofertas e mostrar serviço, para assegurar não só a fidelização dos sócios existentes mas, ao mesmo tempo,

marcar a diferença, de forma a despertar o interesse de novos associados.

Actualmente, é fundamental o Sindicato estar próximo das pessoas que pagam uma quota, é fundamental verem que estamos vivos, que somos de carne e osso e mostrar o que fazemos por e para eles. É também essencial inovarem.

É nesta linha de pensamento que o STAS iniciou, no mês de Fevereiro, uma campanha de sindicalização por todo o País.

A ideia que procuramos passar é a de que estamos a crescer e queremos que

cresçam connosco. Para isso, criamos um desafio inovador a todos os nossos sócios: por cada sócio proposto, durante o ano de 2011, o STAS oferece 20% da 1.ª quotização anual do novo sócio. Quanto maior for o número de sócios propostos, maior será o prémio.

Sem limitações, sem sorteio.

O objectivo desta iniciativa é, simultaneamente, visitarmos diversas companhias e agências nacionais, promovendo o contacto com as pessoas.

Nessas visitas, preparamos um "kit" de oferta, com diversa informação sobre o que o STAS tem para dar àqueles que se querem juntar à maior voz do sector. Juntamente, oferecemos a cada trabalhador uma planta com uma mensagem: Junte-se a nós! Cresça com o STAS!

A campanha de sindicalização está a decorrer com resultados extraordinários. Os contactos havidos com os trabalhadores de seguros têm sido enriquecedores para ambas as partes, o que nos faz acreditar que este é o caminho.

Porque estamos ao seu serviço! ■



Concurso  
**FOTO FEBASE 2011**

Já está a decorrer o FOTO FEBASE 2011, um concurso fotográfico de âmbito nacional destinado aos sócios dos sindicatos que fazem parte da FEBASE

### Participe já!

Revele o seu talento e habilite-se a prémios fantásticos!

Até ao dia 20 de cada mês, envie as suas fotografias para os seguintes endereços:

- [fotofebase.stas@stas.pt](mailto:fotofebase.stas@stas.pt) - para sócios **STAS**
- [fotofebase.sbsi@stas.pt](mailto:fotofebase.sbsi@stas.pt) - para sócios **SBSI**
- [fotofebase.sbn@stas.pt](mailto:fotofebase.sbn@stas.pt) - para sócios **SBN**
- [fotofebase.sbc@stas.pt](mailto:fotofebase.sbc@stas.pt) - para sócios **SBC**
- [fotofebase.sisep@stas.pt](mailto:fotofebase.sisep@stas.pt) - para sócios **SISEP**

Para mais informações contacte-nos para: [fotofebase.geral@stas.pt](mailto:fotofebase.geral@stas.pt)



A Equipa **FOTO FEBASE**

**FEBASE**

**SBC**

**SBN**

**SBSI**

**SISEP**

**STAS**



A sua loja de moda online...

Registe-se no site [www.fshop.eu](http://www.fshop.eu) com o seu número de sócio do SBSI e usufrua das seguintes vantagens:

- Oferta de um desconto de 15,00 Euros na sua primeira compra no valor igual ou superior a 40,00 Euros, utilizando o seguinte código:

Cupão-Desconto  
W85BQY1VBHKM

**15 €**  
Quinze Euros

- Oferta de um desconto de 25%, sobre o P.V.P., em todas as restantes compras, independentemente do valor da compra.

- Oferta de um desconto de 10%, quando os artigos no site já estão sujeitos a outras promoções, acumulável com as mesmas.

A FashionShop oferece aos seus clientes uma vasta gama de produtos de qualidade e requinte, nomeadamente malas em pele para Homem e Senhora da marca Rufel e camisas da prestigiada marca Victor Emmanuel.

Visite-nos em [www.fshop.eu](http://www.fshop.eu)

e comprove-o você mesmo!

Rufel®

Marisa Cruz

VICTOR EMMANUEL